


## Atendimento psicológico infanto-juvenil em uma Unidade Básica de Saúde na tríplice fronteira: Caracterização e análise

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.016-009>

### **Cristina Elizabeth Pessoa**

Psicóloga. Pós-Graduada em Psicologia em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

### **Nandra Martins Soares**

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com período de mobilidade acadêmica na Universidade de Lisboa. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2015). Especialista em Neuropsicologia e Educação pela Faculdade Itene de Cascavel (2014). Graduação em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2010). Atualmente é professora do magistério superior no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. Possui experiência em Avaliação Psicológica, Neuropsicologia, Psicologia Escolar e Orientação Profissional, além de experiência na psicologia clínica e na docência do ensino superior.

### **Monica Augusta Mombelli**

Docente do curso de graduação de Medicina da Universidade Federal de Integração Latino Americana

(UNILA). Coordenadora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da UNILA. Membro do Banco de Avaliadores do INEP (BASIS) desde 2019, como Avaliadora de Cursos de Graduação. Estágio pós-doutoral em Ensino junto a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - 2021). Doutora em Ciências pelo Programa de Enfermagem em Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2010). Especialista em Avaliação Psicológica (2020); Especialista em Análise do Comportamento aplicado ao Autismo - ABA (2021); Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial de Crianças e Adolescentes pela Escola de Saúde do Paraná (2011). Especialista em Psicopedagogia abrangência Clínica e Institucional (ESAP, 2006). Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense UNIPAR (2005), campus Cascavel - PR. Tem experiência na área de Psicologia Clínica, Psicologia Social na Saúde, Saúde Pública e Avaliação Psicológica. Áreas de interesse: Psicologia e Educação Popular em Saúde; Atenção Primária à Saúde e Metodologias ativas de Ensino-aprendizagem.

### **RESUMO**

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel essencial na promoção da saúde, sendo considerada a porta de entrada aos demais serviços no Sistema Único de Saúde. O presente estudo teve por objetivo caracterizar e analisar as demandas referentes aos atendimentos da psicoterapia infanto-juvenil de um ambulatório de Saúde Mental em município de tríplice fronteira. Para isto, realizou-se uma pesquisa documental, descritiva, transversal e de abordagem quantitativa. O período do estudo compreendeu setembro de 2022 a setembro de 2023. Foram atendidos 54 crianças e adolescentes, estes predominantemente do sexo feminino, com faixa etária entre 10 e 12 anos. Dentre as meninas e os meninos destacou-se a demanda de ansiedade com 43,3% e 29,2% respectivamente. Ressalta-se que, no momento de coleta de dados, 31,5% dos pacientes seguiam em acompanhamento psicológico e, dentre esses, uma paciente já estava na 25ª sessão e, a média de sessão para este grupo foi de 14 sessões. Por fim, os resultados deste estudo reforçam a necessidade de fortalecer e ampliar as ações de saúde mental na Atenção Primária à Saúde, investindo em capacitação de profissionais, sensibilização da comunidade e implementação de políticas públicas efetivas que promovam o acesso, a qualidade e a integralidade do cuidado em saúde mental para crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Sistema Único de Saúde, Atenção Primária à Saúde, Saúde Mental.

## 1 INTRODUÇÃO

Estratégias e ações de promoção e prevenção de saúde tem um papel importante na vida das pessoas, independente do contexto social e econômico. Todavia, para os usuários dos serviços públicos de saúde, essas ações são mediadas pela Atenção Primária à Saúde (APS), a porta de entrada para os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e, dentre suas ações deve preconizar a qualidade de vida de indivíduos, grupos e populações. Adicionalmente, vale destacar que a Estratégia de Saúde da Família (ESF), enquanto proposta de organização da APS, tem dentre seus objetivos o propósito de oferecer um atendimento interprofissional à população adscrita (LEMOS; LHULLIER, 2020).

Partindo do pressuposto de uma abordagem integral do cuidado, que contemple inclusive os determinantes sociais de saúde, é relevante que a APS incorpore em suas ações atividades que contemplem a saúde mental da população, de maneira que o indivíduo assuma um papel ativo na condução da sua saúde (LEMOS; LHULLIER, 2020).

Na saúde pública, a presença da Psicologia trouxe esse suporte como instrumento que transforma, discutindo aspectos da subjetividade, emocionais, históricos e realidade social. A proposta do psicólogo de saúde é compreender e observar os indivíduos, procurando resolver assuntos, e atuar na prevenção e no tratamento de problemas mentais (intervenção), de maneira que o desempenho seja no setor particular ou público (ALMEIDA; MALAGRIS, 2011). Adicionalmente, neste cenário a integração do psicólogo também representou uma tática para evitar o declínio que a profissão vinha enfrentando. À medida em que os psicólogos foram perdendo a sua credibilidade em questões sociais, os profissionais se viram obrigados a procurar novas oportunidades de inserção na área profissional (CHAGAS et al., 2022).

Destarte, ressalta-se que, na equipe multidisciplinar no ambiente das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e atuando junto a equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF), nível primário de atenção, o psicólogo adota um lugar central. Seu trabalho tem uma força decisiva, ajudando a melhorar o cuidado oferecido à população, aproximando-se tanto de questões individuais quanto coletivas. Esse reforço se manifesta em estratégias de intervenção mais ativa e extensa, beneficiando diretamente a comunidade atendida. Verifica-se que a promoção de saúde acontece a partir de origem psicológica como hábitos, atitudes, motivação, interações pessoais e familiares (CAVALER et al., 2020).

Historicamente, o psicólogo se tornou o profissional reconhecido que se mostrou o mais apropriado para auxiliar na promoção de saúde mental, desempenhando um papel importante de manejo em situações críticas, que podia intervir com outros profissionais da saúde em situações estressantes em sociedade, auxiliando com técnica psicoterápica orientada para melhoria e prevenção da comunidade (CHAGAS et al., 2022).

No Brasil, havia um conjunto de sugestões e demandas com intuito de mudanças substanciais na abordagem dos problemas de saúde, destacando a importância de incorporar o psicólogo e seus conhecimentos nos grupos multiprofissionais no serviço de saúde (JIMENEZ, 2011).

Na área da saúde houve grande investimentos, oriundos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), com o propósito de construir uma identidade profissional de saúde, de forma que já não se considera uma área específica de interesse do psicólogo, mas se torna um espaço de conversação e diálogo entre psicologia e sociedade (DIMENSTEIN; MACEDO, 2012).

Sendo assim, no âmbito da saúde mental, o psicólogo pode ainda atuar em ambulatórios de saúde mental, um contexto de atuação que nos dias atuais parece ressoar como uma nomenclatura inadequada. De fato, pouco se menciona sobre o trabalho realizado nesses estabelecimentos. Existe uma sensação de silêncio no ar, às vezes acompanhada de uma impressão negativa e, possivelmente, de um desconhecimento generalizado sobre eles. Contudo, reconhecer e destacar a relevância dos ambulatórios no discurso e na estrutura da rede de saúde mental, considerando-os como elementos essenciais para sua integração e para o acolhimento e atendimento eficaz do público é premente. Afinal, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a ESF, os hospitais e ações de matriciamento são frequentemente discutidos, mas e os ambulatórios de saúde mental? (DAMOUS; ERLICH, 2017).

O ambulatório de saúde mental enquanto dispositivo clínico legítimo e potente no campo da atenção psicossocial está no nível de atenção secundária e, pode localizar-se fisicamente em uma Unidade de Atenção Primária. Tem por objetivo, por meio de atendimento psicológico individual ou coletivo a todas as faixas de idade, ofertar assistência especializada e continuada por meio de ações e estratégias não previstas à APS (DAMOUS; ERLICH, 2017).

Entretanto, vale destacar que, a reflexão sobre os ambulatórios no contexto de saúde mental é fundamental, pois, apesar de sua existência e relevância no país, esses serviços ainda não estão formalmente integrados à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), conforme definido pela portaria que organiza o campo da atenção psicossocial (CARDOZO; MONTEIRO, 2019).

Diante disto, independente do nível de atenção à saúde, cabe ao psicólogo, em momento de escuta, considerar a pessoa em sua forma singular e na sua complexidade biopsicossocial. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), o psicólogo na sua atuação deve procurar reduzir as condições de vulnerabilidade da população e viabilizar a qualidade de vida das pessoas, atuando em consonância aos princípios do SUS (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

Assim, o atendimento com o público infanto-juvenil precisa de estratégias e serviços adequados especificamente para suas necessidades. No entanto, até os anos 1980, o Brasil precisava de normas claras para o campo de saúde mental, com objetivo de desenvolver orientações para rede de cuidados destinada a esse grupo infanto-juvenil principalmente para aqueles com problemas mentais ou

sofrimento psíquico. Naquele período, os setores de assistência social e educação acabavam exercendo essa incumbência fazendo de maneira corretiva e disciplinar, em vez do enfoque ter aspecto clínico e psicossocial (SERAFIM et al., 2019).

É válido ao psicólogo que em sua inserção e atuação no SUS ele possa apropriar-se das legislações, portarias, documentos e ou notas técnicas que possam subsidiar sua atuação. A saber, no cenário da atuação infanto-juvenil em ambientes como os ambulatórios de saúde mental, cabe destacar que, são princípios para uma Política Nacional de Saúde Mental Infanto- Juvenil: a. A criança e o adolescente são sujeitos de direitos e detentores de lugares autênticos de fala; b. Acolhimento universal: significa que as portas dos serviços devem estar abertas a todos aqueles que chegam com alguma necessidade de saúde e de saúde mental, ou seja, toda e qualquer demanda dirigida ao serviço de saúde do território, deve ser acolhida, isto é, recebida, ouvida e respondida; c. Encaminhamento implicado e corresponsável e, d. Intersetorialidade na ação do cuidado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

Avaliando os aspectos envolvidos na infância e adolescência atualmente identifica-se que a família necessita de apoio para lidar com diversas questões, no percurso do crescimento dos filhos; desafios que despontam neste período do desenvolvimento humano. Conseqüentemente, familiares e/ou responsáveis legais buscam a psicoterapia infanto-juvenil, para auxiliá-los com os mais diferentes fatores que influenciam diariamente o seu cotidiano. É notório que, a psicoterapia é um ato de escuta que volta-se para o cuidado do paciente e para a relação deste com seu contexto relacional e social. Conseqüentemente, o percurso e o resultado das intervenções terapêuticas relacionam-se aos determinantes familiares e sociais que envolvem o paciente (BRITO et al., 2020).

Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo caracterizar e analisar as demandas referentes aos atendimentos de psicoterapia infanto-juvenil de um ambulatório de Saúde Mental em município de tríplex fronteira. Ressalta-se que, fomentar pesquisas e análise de dados relacionados à saúde mental infanto-juvenil é fundamental para promover uma abordagem holística e integrada, garantindo o bem-estar emocional, psicológico e social dessa parcela da população especialmente em cenários como ambulatórios de saúde mental, no intuito de consolidar a relevância destes espaços de cuidados na RAPS e, conseqüentemente qualificar ou desenvolver políticas públicas de saúde que tenham por objetivo melhorar a qualidade dos serviços de saúde mental e promover o bem-estar integral de crianças e adolescentes.

## 2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva, transversal e de abordagem quantitativa. A pesquisa documental caracteriza-se pelo uso de materiais internos à instituição como fonte de dados, sendo os documentos institucionais os mais frequentemente utilizados. De modo complementar,

salienta-se que esses materiais não receberam ainda um tratamento analítico, ou podem ser reelaborados, de acordo com os objetivos da pesquisa. Adicionalmente, para o desenvolvimento desta modalidade de estudo, o autor descreve um processo composto pelas seguintes etapas: formulação do problema, elaboração do plano de trabalho, identificação das fontes, localização das fontes e obtenção do material, análise e interpretação dos dados, e redação do relatório. Por fim, vale destacar, que este tipo de pesquisa apresenta uma série de vantagens, a saber: os documentos constituem fonte rica e estável de dados; o custo da pesquisa torna-se relativamente baixo e, não exige contato com os sujeitos da pesquisa, o que dada algumas demandas pode ser difícil ou até mesmo impossível (GIL, 2017).

Os dados para pesquisa foram coletados em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), do Distrito Sul, do município de Foz de Iguaçu, cidade localizada no extremo Oeste do Estado do Paraná. Região de tríplice fronteira, limitada por outros dois países, a Argentina e Paraguai. Geograficamente, a cidade é dividida em cinco distritos sanitários, a saber: leste, norte, oeste, nordeste e sul. O distrito sul compreende as UBS nomeadas: Profilurb I, Profilurb II, Padre Monti, Ouro Verde e Vila Carimã.

A população infanto-juvenil em estudo é adscrita ao território de uma UBS que fica localizada, em uma área urbana, a 7,8 km de distância do centro de Foz do Iguaçu. Salienta-se que esse cenário foi local de atuação da pesquisadora durante seu tempo de formação em serviço por meio da Pós-graduação Psicologia na Saúde Pública, operacionalizada pela Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em parceria com a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

No que tange a descrição desta UBS, vale mencionar que vinculada a ela, estão duas equipes de Saúde da Família (eSF) e uma equipe de saúde bucal (eSB). As eSF são formadas por médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem, três agentes comunitários e, atuam em turnos distintos. A eSB, é composta por um dentista e um auxiliar de saúde bucal. A atuação da pesquisadora contemplava os atendimentos clínicos individuais vinculados ao ambulatório de saúde mental e, os pacientes eram chamados a atendimento de acordo com a sua posição na fila para consulta, estratificação por cor e queixa mais urgente (BRITO; SILVA, 2022).

O instrumento para coleta de dados, foi elaborado pela autora com base na literatura. Consistiu em uma planilha elaborada Excel, com os seguintes itens para coleta de dados: sexo, idade, encaminhamento, queixa, região dos pacientes, configuração familiar, número de sessões e situação da terapia.

Os dados foram coletados, no período de janeiro e fevereiro de 2024 no sistema RP, um programa relacionado à área da saúde, que visa à gestão de informações ou serviços de saúde na região de Foz do Iguaçu. Adicionalmente, referem-se aos pacientes atendidos em psicoterapia infanto-juvenil, pela pesquisadora, no período compreendido entre setembro de 2022 a setembro de 2023.

Foi realizada análise quantitativa, descritiva e comparativa dos dados, visando sintetizar as características dos pacientes atendidos em psicoterapia infanto-juvenil. Isso incluiu frequências e porcentagens para variáveis como idade, sexo, queixas apresentadas, entre outros. Destarte, analisou-se diferenças ou padrões entre diferentes grupos de pacientes.

A pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CNS), na Resolução nº466 de dezembro de 2012, os quais visam regular estudos que envolvam seres humanos. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, via Plataforma Brasil, recebendo o parecer de aprovação de número 6.532.353. Apenas após a obtenção de parecer favorável, se deu o início da realização da pesquisa.

### 3 RESULTADOS

No período compreendido entre setembro de 2022 a setembro de 2023, foram atendidos no ambulatório de Saúde Mental da USF em estudo, 54 crianças e adolescentes. Diante disto, verificou-se que o maior número de pacientes era do sexo feminino (55,6%). Houve predomínio da faixa etária compreendida entre 10 a 12 anos (37,0%), seguida de 7 a 9 anos (31,5%) e, no que tange a configuração familiar autodeclarada, 51,9% afirmaram à constituição monoparental, ou seja, onde apenas uma pessoa é a responsável direta pela criação dos filhos e pelo cuidado cotidiano. (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização de pacientes infanto-juvenis atendidos de setembro de 2022 a setembro de 2023, Foz do Iguaçu, PR.

<b>Variáveis</b>	n(54)	%
<b>Sexo</b>		
Feminino	30	55,6
Masculino	24	44,4
<b>Faixa etária</b>		
4 a 6 anos	8	14,8
7 a 9 anos	17	31,5
10 a 12 anos	20	37,0
13 a 15 anos	5	9,3
16 a 18 anos	4	7,4
<b>Configuração familiar</b>		
Monoparental	28	51,9
Nuclear	23	42,6
Família extensa	3	5,6

Fonte: Prontuários RP Saúde.

Os encaminhamentos ao setor de psicologia, foram realizados predominantemente por profissionais da equipe de Saúde da Família (eSF), a qual a família é residente de seu território adscrito. Destarte, quanto à análise das demandas para o primeiro atendimento, identificou-se que em 37,0% dos casos, houve registro no prontuário para ansiedade, seguido por agressividade (16,7%). (Tabela

2). Ressalta-se que, considerando a variável sexo e a relacionando com a demanda, identificou-se que houve predomínio de ansiedade nas meninas (43,3%), com relatos a partir dos nove anos; seguidas por demandas de agressividade e bullying, 5,6% respectivamente; déficit de atenção, depressão e dificuldade de aprendizagem, 10,0% respectivamente e; enurese, encoprese e, questões familiares, 3,3% respectivamente. Já, dentre os meninos, 29,2% relataram ansiedade; 25,0% agressividade; transtorno do espectro autista 16,6%; déficit de atenção e questões familiares, 8,3% e, por fim; depressão, enurese e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), 4,2% respectivamente.

Vale destacar que, quanto a situação do atendimento no período de coleta de dados, 31,5% dos pacientes seguiam em acompanhamento psicológico e, dentre esses, uma paciente já estava na 25ª sessão e, a média para este grupo foi de 14 sessões. (Tabela 2). Dos 54 pacientes atendidos, 87% realizaram acompanhamento psicológico e, 13% foram a sessões de acolhimento.

Tabela 2. Caracterização dos atendimentos infanto-juvenis realizados de setembro de 2022 a setembro de 2023, Foz do Iguaçu, PR.

Variáveis	n (54)	%
<b>Encaminhamentos</b>		
Escola	1	1,9
Profissionais ESF	51	94,4
Fonoaudióloga	2	3,7
<b>Demandas</b>		
Agressividade	9	16,7
Ansiedade	20	37,0
<i>Bullying</i>	3	5,6
Déficit de atenção	4	7,4
Depressão	3	5,6
Dificuldade de aprendizagem	2	3,7
Encoprese	1	1,9
Enurese	2	3,7
Questões familiares	3	5,6
TDAH	1	1,9
TEA	4	7,4
Vício em jogos	1	1,9
Violação de direitos	1	1,9
<b>Condição do atendimento</b>		
Alta	19	35,2
Desistência	18	33,3
Em acompanhamento*	17	31,5

Fonte: Prontuários RP Saúde.

Nota: \*Paciente em acompanhamento no momento da coleta de dados.

## 4 DISCUSSÃO

A priori, faz-se necessário ressaltar que o estudo concentrou-se na prestação de serviços psicológicos para crianças e adolescentes em uma região específica, a Tríplice Fronteira. Destarte, um levantamento epidemiológico, por meio de revisão bibliográfica da literatura, referente a depressão na tríplice fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai, descreve que os casos de depressão neste contexto aumentaram consideravelmente nos últimos anos e a realidade de cada país é distinta, principalmente não que tange ao tratamento farmacológico como alternativa terapêutica. Diante disto, a referida pesquisa conclui que é de suma relevância o desenvolvimento de iniciativas que possam contribuir ao desempenho do bem-estar da população independente de faixa etária (RAFEH; SOUZA, 2023).

Ressalta-se que o estudo em questão, que aborda a caracterização das demandas de saúde mental infanto-juvenil em uma USF da Tríplice Fronteira, está alinhado com as conclusões da pesquisa Saúde na Fronteira Brasileira: Políticas Públicas e Acesso a Serviço, uma vez que esta destaca que a região de fronteira brasileira enfrenta uma carência significativa de pesquisas e intervenções interdisciplinares por parte dos profissionais de saúde. Além disso, há uma necessidade urgente de desenvolver e manter políticas públicas que promovam a saúde com uma abordagem integrada tanto em nível local quanto regional (MONDARDO; STALIANO, 2020).

Em relação aos participantes, identificou-se predomínio do sexo feminino (55,6%) e da faixa etária de 10 a 12 anos (37%). Observa-se que esta informação é distinta na literatura, principalmente do que tange ao sexo. Um estudo publicado no ano de 2013, que teve por objetivo caracterizar a população de crianças e de adolescentes que buscaram atendimento psicológico em um serviço-escola da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS, identificou que das 194 crianças atendidas, 64% eram do sexo masculino e tinham entre 5 e 9 anos (45,9%) (VIVIAN; TIMM; SOUZA, 2013). Adicionalmente, em uma outra pesquisa que objetivou caracterizar a clientela infantil atendida em avaliação psicodiagnóstico, no período de 2007 a 2013, na cidade de São Paulo, verificaram por meio de levantamento e análise de livros, fichas de inscrição e prontuários de crianças atendidas que do total de crianças inscritas (N=150), 67,4% eram do sexo masculino e, a maior parte das crianças inscritas concentrava-se nas faixas etárias de 9 a 10 anos (36,7%) (VAGOSTELLO et al., 2017).

Por fim, um levantamento das características das pessoas atendidas e dos serviços de uma clínica-escola de psicologia inserida na rede de saúde pública da cidade de Belo Horizonte (MG) também demonstrou que a partir do levantamento de prontuários de 410 pessoas atendidas pelo serviço de psicologia, entre fevereiro e dezembro de 2019, observou-se uma prevalência do sexo feminino (60%) na população total, entretanto para sexo masculino na população infanto-juvenil, representando 80% (CAMPOS; MARQUES; BACELAR, 2022) Visualiza-se então, que esse é um fenômeno recorrente nestes serviços, tendo em vista que, já na década de 1980, um determinado estudo constatou que neste público o sexo masculino possui predominância nos serviços (LOPEZ, 1983).



Analisando a configuração familiar autodeclarada dos participantes deste estudo, observou-se predomínio da família monoparental. A priori, entende-se que a configuração familiar refere-se ao conjunto de elementos/personagens que compõem o núcleo familiar. Logo, a família monoparental pode originar-se de situações como crises familiares, separações, divórcios, perda do cônjuge ou quando há um único progenitor. O referido conceito diverge da expressão estrutura familiar, conceituada pelos mesmos autores como a forma de interação e relacionamento entre os membros da família. Deste modo, salienta-se que, entender a complexidade e a diversidade das famílias em diferentes contextos culturais, sociais e históricos é fundamental para qualquer análise ou intervenção relacionada ao bem-estar familiar, políticas públicas e práticas terapêuticas (WAGNER et al., 2011).

Em relação à monoparentalidade, realizou-se uma pesquisa com o intuito de investigar a percepção das mães em famílias monoparentais femininas sobre suas capacidades familiares, o apoio social recebido e sua saúde mental. O estudo envolveu 43 mães que lideravam famílias monoparentais. Estas mulheres, com uma idade média de 38 anos, eram solteiras ou estavam divorciadas/separadas. Para coletar dados, foram utilizados o Questionário das Forças Familiares (QFF), a Escala de Apoio Social (EAS) e o Mental Health Inventory (MHI5). Os resultados revelaram que as mulheres apresentaram uma percepção positiva e significativa em relação às forças familiares, ao apoio social e à sua saúde mental, observando-se uma correlação positiva entre estas variáveis. As mães com um número menor de filhos e aquelas que relataram um bem-estar psicológico mais elevado mostraram uma percepção mais positiva das forças familiares, ao contrário das mães com mais filhos e que demonstraram sinais de sofrimento psicológico (LUCAS, 2012).

Ainda, no que tange a configuração familiar, um estudo envolvendo 51 mulheres de classe média, divorciadas e responsáveis pela guarda dos filhos, teve como propósito analisar as famílias monoparentais femininas em relação a cinco áreas de satisfação: econômica/profissional, psicológica, afetivo-sexual, parental e de apoio social. A avaliação foi realizada por meio de uma escala específica para o estudo. Os resultados indicaram que essas famílias percebem sua satisfação familiar de maneira mais negativa do que o previsto. Consequentemente, pode-se inferir que, de maneira geral, as famílias monoparentais estudadas não estão satisfeitas em diversos aspectos de relacionamento – sejam eles profissionais, afetivos, familiares ou de amizade – evidenciando uma forte inclinação para a centralização na relação mãe-filho (GRZYBOWSKI, 2003).

A discussão referente a configuração familiar monoparental converge a relevância do desenvolvimento de políticas públicas e práticas psicológicas direcionadas a esse público alvo. É notório que, investimentos em educação, capacitação profissional e serviços de saúde mental são essenciais para promover a estabilidade e o bem-estar dessas mães ou pais soltos e seus filhos. Isto não exclui a análise de outras configurações familiares, as estruturas familiares decorrentes dessas e suas

respectivas demandas, dado que cada família independente de sua configuração, possui suas particularidades, desafios e necessidades específicas que devem ser consideradas.

No que tange aos encaminhamentos, ou seja, de que modo estas crianças e adolescentes chegaram ao atendimento psicológico, observou-se, nesse estudo, que a maioria desses foram realizados por profissionais da saúde (94,4%). De acordo com a literatura, a valorização das diversas áreas atuantes com propósito na saúde, estimula os profissionais a encaminharem os pacientes (GONÇALVES; PUREZA; PRANDO, 2011). Um estudo desenvolvido no ano de 2013, referente a caracterização de crianças e adolescentes atendidos em uma clínica escola de uma Universidade em Brasília, apontou que a maioria dos encaminhamentos foram realizados por médicos, a saber: predominaram os realizados pelos neurologistas (39%), seguidos pelos casos provenientes de psiquiatras (23,7%), neuropediatras (10,2%) e psicólogos (5,1%). A escola (5,1%) e os profissionais da psicopedagogia (3,4%) também figuraram entre as fontes de encaminhamentos, bem como os fonoaudiólogos (1,7%) (BORSA et al., 2013).

Destarte, um estudo aponta que crianças encaminhadas à psicoterapia pela família aderiram menos que as demais, ao passo que crianças encaminhadas por psiquiatras mostraram-se mais aderentes e, diferente dos achados deste estudo, constatam que a maior fonte de encaminhamento de crianças para psicoterapia foi a escola, representando (34,3%) da amostra estudada, sendo seguida pelos familiares (12,7%), psicólogo (7,8%), neurologista (6,8%), pediatra (6,3%), outras instituições de atendimento (6,0%), outras modalidades médicas (5,4%), psiquiatra (3,3%), Conselho Tutelar (1,2%), pedagogo (1,0%), assistente social (0,9%), outros (7,4%) e não consta (6,9%). Além disso, verificou-se que crianças que recebem tratamentos combinados à psicoterapia, como o psiquiátrico ou o fonoaudiológico, apresentam maior aderência (GASTAUD et al., 2011)

Relevante destacar sobre a formação de uma colaboração entre profissionais de saúde e psicólogos no contexto da detecção, avaliação e encaminhamento para psicoterapia infantil. Parte-se do pressuposto de que é desafiador identificar e avaliar comportamentos em crianças. Além disso, destacam que a confiança da família no profissional que faz o encaminhamento influencia positivamente a adesão ao tratamento psicológico (WARD-ZIMMERMAN; CANNATA, 2012).

Considerando o presente estudo, identificou-se que o maior número de demandas para psicoterapia infanto-juvenil foi de ansiedade (37%). De modo análogo, um estudo realizado no ano de 2017, em uma pesquisa referente a caracterização de 150 crianças atendidas em um clínica-escola em São Paulo, no período de 2000 a 2010, verificou-se que as queixas do tipo internalizante, referente a ansiedade, depressão e sintomas somáticos predominaram em meninas, tal como este estudo (VAGOSTELLO et al., 2017). Ainda, a principal manifestação de ansiedade é descrita como uma sensação inespecífica, vaga, da existência de algum tipo de ameaça ao bem-estar (CASTILLO et al.,

2000). E, por fim, observou-se neste estudo, que agressividade (16,36%) teve alto índice como queixa, corroborando o artigo de Vagostello et al. (2017).

Diversos estudos, descrevem e analisam a caracterização da população infanto-juvenil atendida (GRZYBOWSKI, 2003; VIVIAN; TIMM; SOUZA, 2013; VAGOSTELLO et al., 2017). Estudos de caracterização como este, buscam analisar e descrever essa população, buscando identificar padrões comportamentais, fatores de risco, prevalência de transtornos psicológicos e as influências ambientais e sociais que podem afetar seu desenvolvimento e bem-estar. Essas informações são fundamentais para orientar políticas públicas, programas de prevenção e tratamento, além de contribuir para a formação acadêmica e a prática clínica baseada em evidências.

Vale destacar que, das 54 pessoas atendidas, 19 receberam alta pela profissional e, 17 permanecem em acompanhamento psicológico, indicando diferentes resultados alcançados durante o processo terapêutico. Destaca-se que, em um estudo desenvolvido no ano de 2019, apontou dificuldade no acolhimento e na vinculação dos usuários ao serviço; altas taxas de desistência do serviço e o não retorno ao atendimento após a entrevista de triagem (SEI et al., 2022).

A análise desses dados e da literatura pode fornecer insights valiosos sobre a eficácia do tratamento, as características da população atendida e as práticas clínicas adotadas. Primeiramente, observa-se que um número significativo de pessoas recebeu alta ou continua em acompanhamento psicológico. Isso sugere que a intervenção psicológica foi considerada benéfica para a maioria dos indivíduos atendidos, seja proporcionando melhorias suficientes para a conclusão do tratamento ou indicando a necessidade de continuidade do acompanhamento.

Por fim, os 19 casos que receberam alta podem indicar que essas pessoas alcançaram os objetivos terapêuticos estabelecidos, demonstrando progresso suficiente para enfrentar os desafios emocionais e comportamentais sem a necessidade de intervenção profissional contínua. Isso pode ser visto como um indicador positivo da eficácia do tratamento e do papel do psicólogo na promoção do bem-estar e da saúde mental dos pacientes. Por outro lado, os 17 indivíduos que permanecem em acompanhamento psicológico podem estar enfrentando questões mais complexas ou persistentes que requerem uma abordagem terapêutica mais prolongada. Ressalta-se a importância da continuidade do cuidado e do suporte psicológico para aqueles que ainda estão em processo de recuperação ou enfrentando dificuldades emocionais e psicológicas contínuas. Além disso, reforça a relevância do acompanhamento psicológico contínuo como uma ferramenta valiosa no manejo de questões emocionais e psicológicas, mesmo após a conclusão de um tratamento inicial bem-sucedido.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo em questão descreve informações relevantes sobre o perfil e as demandas das crianças e adolescentes atendidos em uma USF, em um limitado período de tempo. O principal motivo de



encaminhamento ao setor de psicologia foi a ansiedade para o sexo feminino e masculino, o que ressalta a importância de abordagens preventivas e de intervenção precoce nesse aspecto. Além disso, as diferenças nas demandas entre meninas e meninos evidenciam a necessidade de estratégias de intervenção personalizadas, considerando as particularidades de cada faixa etária e orientação sexual.

É relevante destacar que um número significativo de pacientes estava em acompanhamento psicológico durante o período de coleta de dados, com uma média de 14 sessões por paciente. Isso demonstra o compromisso e a continuidade do tratamento oferecido pelo Ambulatório, contribuindo para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida desta população.

Diante disto, destaca-se que estudos como este são de suma importância para compreender e avaliar as necessidades de saúde mental de crianças e adolescentes em diferentes contextos. Eles fornecem indicadores valiosos que podem orientar políticas públicas, práticas clínicas e programas de intervenção, visando melhorar o acesso, a qualidade e a eficácia dos serviços de saúde mental oferecidos à população infanto-juvenil.

Por fim, recomenda-se a realização de novos estudos que possam convergir a análise de eficácia de programas de prevenção e intervenção precoce para transtornos de saúde mental em crianças e adolescentes, também pesquisas longitudinais que acompanham o desenvolvimento e o bem-estar de crianças e adolescentes ao longo do tempo podem ajudar a identificar fatores de risco, padrões de crescimento e resultados a longo prazo das intervenções. Ainda, estudos que avaliam o envolvimento da família no tratamento e apoio à saúde mental de crianças e adolescentes, dada a relevância destes cuidados.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lúcia Emmanoel Novaes. A prática da psicologia da saúde. *Revista da SBPH*, v. 14, n. 2, p. 183–202, 2011. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582011000200012&lng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012&lng=pt)

BORSA, Juliane Callegaro Borsa; SEGABINAZI, Joice Dickel; STENERT, Fernanda; YATES, Denise Balem; BANDEIRA, Denise Ruschel. Caracterização da Clientela Infanto-Juvenil de uma Clínica-Escola de Avaliação Psicológica de uma Universidade Brasileira. *Psico*, v. 44, n. 1, 2013. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10599/8850>

BRITO, J.C.; SILVA, P. F. Diagnóstico situacional da equipe de saúde da família 034 e 113 da unidade de saúde da família Carimã [Trabalho de Conclusão de Curso]. Foz do Iguaçu: Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, Universidade Federal da Integração Latino-Americana; 2022.

BRITO, Rosa Angela Cortez; MONTEZUMA, Sarah; MELO, Anna Karynne; MOREIRA, Virginia. A Psicoterapia Infantil no Setting Clínico: uma revisão sistemática de literatura. *Contextos Clínicos*, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 696-721, 18 dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2020.132.15>.

CAMPOS, João Guilherme de Figueiredo; MARQUES, Luís Felipe Nascimento; BACELAR, Tatiane Dias. Caracterização dos usuários e serviços prestados em uma Clínica Escola de Psicologia no contexto de Saúde Pública. *Revista Interdisciplinar de Ciências Médicas*, v. 6, n. 1, p. 12–18, 24 ago. 2022. <https://revista.fcmmg.br/index.php/RICM/article/view/138/133>.

CARDOZO, Tainá Borges; MONTEIRO, Renata Alves de Paula. Da Psiquiatria Tradicional à Reforma Psiquiátrica: o ambulatório de saúde mental como serviço de tratamento. *Revista Psicologia e Saúde*, [S.L.], v. 2, n. 12, p. 31-44, 21 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v0i0.768>.

CASTILLO, Ana Regina Gl; RECONDO, Rogéria; ASBAHR, Fernando R; MANFRO, Gisele G. Transtornos de ansiedade. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 20-23, dez. 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-44462000000600006>.

CAVALER, Camila Maffioletti; VITALI, Marieli Mezari; CASTRO, Amanda; SORATTO, Jacks; AMBONI, Graziela. O profissional de psicologia na residência multiprofissional: o papel do psicólogo na ESF. *Revista Baiana de Saúde Pública*, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 107-131, 20 out. 2020. <http://dx.doi.org/10.22278/2318-2660.2019.v43.n1.a2903>.

CHAGAS, André Felipe Lima das; RAMOS, Thayná Caroline Sobrinho; SOUZA, Cinthya Cristina Monteiro de; SANTOS, Thamyres Maués dos. A identidade social na atuação do psicólogo da saúde. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, [S.L.], p. 189-202, 6 maio 2022. <http://dx.doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/psicologo-da-saude>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [Internet]. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Atenção Básica à Saúde. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP\\_atencaoBasica-2.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencaoBasica-2.pdf).

DAMOUS, Issa; ERLICH, Hilana. O ambulatório de saúde mental na rede de atenção psicossocial: reflexões sobre a clínica e a expansão das políticas de atenção primária. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 27, n. 4, p. 911-932, dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000400004>.



DIMENSTEIN, Magda; MACEDO, João Paulo. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S.L.], v. 32, p. 232-245, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932012000500017>.

GASTAUD, Marina Bento; BASSO, Fernando; SOARES, Juliana Prytula Greco; EIZIRIK, Claudio Laks; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Preditores de não aderência ao tratamento na psicoterapia psicanalítica de crianças. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 109-115, 29 jul. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-81082011005000011>.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6ª. ed. São Paulo: Atlas; 2017.

GONCALVES, Hosana A.; PUREZA, Janice R.; PRANDO, Mirella L. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: breve revisão teórica no contexto da neuropsicologia infantil. *Revista Neuropsicologia Latinoamericana*, [S.L.], v. 3, n. 3, p. 20-24, 30 dez. 2011. <http://dx.doi.org/10.5579/rnl.2011.0076>.

GRZYBOWSKI, L. Famílias monoparentais: reflexo da pós-modernidade?. In Guareschi, P., Pizzinato, A., Krüger, L., & Macedo, M., *Psicologia em questão: reflexões sobre a contemporaneidade* (pp. 113-123). Porto Alegre: Edipucrs. 2003.

JIMENEZ, Luciene. Psicologia na Atenção Básica à Saúde: demanda, território e integralidade. *Psicologia & Sociedade*, [S.L.], v. 23, p. 129-139, 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822011000400016>.

LEMOS, Vanessa Santos; LHULLIER, Cristina. A Psicologia na Atenção Básica e a Saúde Coletiva. *Revista Psicologia e Saúde*, [S.L.], p. 177-188, 8 dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.vi.1076>.

LOPEZ, Marília Ancona. Características da clientela de clínicas-escola de Psicologia em São Paulo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 35, n. 1, p. 78-92, 1 abr. 1983. <https://periodicos.fgv.br/abp/article/view/18887>

LUCAS, M. Forças nas famílias monoparentais femininas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica no Ramo de Especialização de Família e Intervenção Sistêmica, apresentada à Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga. 2012.

MINISTÉRIO DA SAUDE. Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil. Brasília, 2005 Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/05\\_0887\\_M.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/05_0887_M.pdf)

MONDARDO, Marcos; STALIANO, Pamela. Saúde na Fronteira Brasileira: políticas públicas e acesso a serviços. *Espaço Aberto*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 99-116, 19 maio 2020. <http://dx.doi.org/10.36403/espacoaberto.2020.29948>.

RAFEH, Larissa Youssef Abou; SOUZA, Layse Fernanda Antonio de. Levantamento epidemiológico da depressão na tríplice fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai. *Brazilian Journal of Health Review*, [S.L.], v. 6, n. 6, p. 29718-29726, 27 nov. 2023. <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv6n6-241>.

SEI, Maíra Bonafé; TREVISAN, Felipe Montes; SKITNEVSKY, Beatriz; SUJIGUCHI, Izabella. Caracterização dos usuários adultos de um serviço-escola de psicologia paranaense. *Revista Mental*, v. 14, n. 25, 2022. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272022000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272022000100002)



SERAFIM, Máisa Pedro da Silva; SILVA, Dipaula Minotto da; BRUNEL, João Luiz; GOMES, Karin Martins. Perfil das crianças usuárias do ambulatório de saúde mental do município de Içara – SC. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 192, 24 out. 2019. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p192>.

VAGOSTELLO, Lucilena; ALBUQUERQUE, Daiana Santana Monteiro; QUEIROZ, Fernanda Teodoro; LOPES, Gabriela Pacheco; SILVA, Letícia Vieira. Caracterização das demandas de psicodiagnóstico infantil em uma clínica-escola de São Paulo. Psicologia Revista, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 41, 3 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.23925/2594-3871.2017v26i1p.41-58>.

VIVIAN, Aline Groff; TIMM, Janine Santos; SOUZA, Fernando Pasquoto. Serviço-escola de psicologia: caracterização da clientela infanto juvenil atendida de 2008 a 2012, em uma universidade privada do RS. Revista Aletheia [Internet] 2013; 42:152-136. <https://www.redalyc.org/pdf/1150/115035315012.pdf>

WAGNER, A e cols. Desafios Psicossociais da Família Contemporânea- Pesquisas e Reflexões. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed; 2011. 208 p.

WARD-ZIMMERMAN, Bárbara; CANNATA, Elisabeth. Partnering with pediatric primary care: lessons learned through collaborative colocation. Prof. Psychol. Res. Pract, 43(6), 596-605, 2012. <https://psycnet.apa.org/record/2012-24745-001>.